



Número: **0811266-82.2020.8.15.0251**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Mista de Patos**

Última distribuição : **23/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 6.750,00**

Assuntos: **Seguro, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA LUCIA LUCENA FERREIRA (REPRESENTANTE)		HUMBERTO LEITE DE SOUSA PIRES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
37003066	23/11/2020 23:12	Petição Inicial	Petição Inicial
37003069	23/11/2020 23:12	01. petição inicial	Outros Documentos
37003070	23/11/2020 23:12	CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE CUJUS	Documento de Identificação
37003071	23/11/2020 23:12	CPF DE CUJUS	Documento de Identificação
37003073	23/11/2020 23:12	boletim de acidente de transito	Outros Documentos
37003075	23/11/2020 23:12	certidão de óbito	Outros Documentos
37003076	23/11/2020 23:12	comunicação de pagamento parcial	Outros Documentos
37003077	23/11/2020 23:12	CERTIDÃO DE NASCIMENTO	Documento de Identificação
37003079	23/11/2020 23:12	COMPROVANTE DE RESIDENCIA	Documento de Identificação
37003082	23/11/2020 23:12	IDENTIFICAÇÃO REPRESENTANTE - AUTORA	Documento de Identificação
37003081	23/11/2020 23:12	PROCURAÇÃO	Procuração
37005670	24/11/2020 07:24	Despacho	Despacho
37057225	24/11/2020 21:43	Expediente	Expediente

AO JUÍZO DA ____ VARA DA COMARCA DE PATOS- PARAÍBA.

MARIA CLARA LUCENA FERREIRA ALVES, brasileira, solteira, menor impúbere, portadora do CPF nº. 12.568.024-01, neste ato representada por sua genitora a Sra. **MARIA LÚCIA LUCENA FERREIRA**, brasileira, viúva, agricultora, portadora do CPF nº 077.599.984-90, cédula de Identidade RG nº 2508743 – SSP/PB, domiciliada na Rua Projetada, s/n, Conjunto Itatiunga, Patos-PB, CEP: 58700-000, por seu advogado ao final subscrito, legalmente constituído (procuração em anexo), vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos termos da legislação Pátria, e com fulcro na Lei nº 6.194/74, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, companhia de seguros participante do Consórcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer à V. Excelência a concessão do benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

DA SITUAÇÃO FÁTICA

A requerente é filha do falecido ERINALDO ALVES DE LUCENA, portador do CPF nº 051.269.124-02, falecido em 20 de maio de 2016, vítima de acidente de trânsito, não resistindo aos ferimentos, vindo a óbito, conforme certidão de óbito em anexo.

Pelos documentos acostados aos autos, indiscutível é a **morte do genitor** da promovente e que a **causa desta foi acidente de trânsito**.

Que a mãe da promovente e o falecido tiveram uma convivência marital e desta resultou o nascimento de uma filha, ora requerente, nascida em data de 30 de maio 2012, portanto, ainda menor de idade.

O acidente aconteceu durante a constância da União estável do casal.

Que a mãe da promovente, por si só, e ainda, representando a sua filha menor, requereram junto a seguradora ora promovida, de forma administrativa, o pagamento da indenização relativo ao seguro DPVAT pela morte do seu companheiro e genitor, respectivamente.



Que a seguradora Lider, após análise dos documentos apresentados pela promovente, realizou o pagamento de apenas metade do seguro referente a criança, sob a fundamentação extraoficial de não comprovação da qualidade de companheira da genitora da ora promovente.

É sabido que a totalidade do prêmio do seguro DPVAT é de ser pago à promovente, na qualidade de única filha, bem como, a sua genitora na qualidade de companheira.

Porém, diante da dificuldade momentânea da genitora da promovente em reunir provas cabais da condição de companheira do falecido, vem a mesma, na condição de representante legal da menor, requerer de V. Exa. que determine que a seguradora líder, ora promovida, efetue o restante do pagamento do seguro DPVAT decorrente da morte do pai da promovente, **único e exclusivamente em favor da menor.**

Em resumo, requer-se de V. Exa. que determine que a promovida efetue o pagamento do seguro DPVAT pela morte do genitor da promovente, exclusivamente a ela promovente, devidamente atualizado desde o evento morte, deduzindo-se o valor efetivamente pago, conforme documentos em anexo.

Salienta-se que o direito da Autora, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo lhe devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), deduzindo-se o valor já pago, uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e a morte.

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo Sr. ERINALDO ALVES DE LUCENA, culminado com a sua morte, a Requerente na condição de filha do falecido, busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito.

DO DIREITO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea I nestes termos:

Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.



Assim, resta claro que a requerente deve ser indenizada pelo seguro, como medida de direito, visto ser única filha do falecido.

Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE BOLETIM DE Ocorrência IRRELEVÂNCIA JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006 MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIACÃO INFLACIONÁRIA RECURSO DESPROVIDO. ([TJPR - 8771997 PR 877199-7 \(Acórdão\) TJPR](#)).

EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDENCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS.([TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000](#)).

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. *Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).*

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº [6.194/74](#), que assim dispõe:

Art. 5º. *O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso).*

Desse modo, recorremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

DA PERÍCIA

Deixa de requerer perícia e, conseqüentemente, de formular quesitos periciais, por motivo de óbito do periciado, não havendo necessidade para tal.

DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Tendo em vista que a exequente buscou por meio de todas as formas amigáveis o pagamento da dívida, não logrando êxito em nenhuma delas, o requerente dispensa a tentativa de conciliação.

DO PEDIDO

Diante do exposto, **REQUER-SE:**

- a) A concessão da **justiça Gratuita**, nos moldes do artigo 98 e seguintes do CPC;



- b) A designação de **audiência de conciliação** conforme previsto no artigo 334, caput, do CPC;
- c) A citação promovida, para, querendo, apresentar resposta no prazo legal, sob pena de revelia;
- d) A Intimação do representante do Ministério Público, para que acompanhe todos os termos do processo, a teor do artigo 178, inciso II do CPC;
- e) A **inversão do ônus da prova**, para que seguradora apresente nos autos, juntamente com a defesa, a cópia de todo o processo administrativo referente ao presente seguro;
- f) A total procedência da presente ação, condenando a requerida ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), deduzindo a quantia já efetivamente paga (docs. em anexo), acrescidos de juros de mora e atualização monetária até o seu efetivo pagamento;
- g) A condenação da Requerida ao pagamento custas processuais, observadas as formalidades legais existentes e de praxe pertinentes;
- h) A condenação da Requerida ao pagamento honorários advocatícios na base usual de 20% sobre o valor total do débito e demais cominações legais, observadas as formalidades legais existentes e de praxe pertinentes;
- i) Após a devida correção, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, (R\$ 6.750,00), pugna pela aplicação do parágrafo 3º do art. 20 do CPC na condenação dos honorários. Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo indenizável, o que torna pequeno o valor, requer a condenação da Requerida nos honorários advocatícios, com fundamento no parágrafo 4º do art. 20 do CPC, evitando assim honorários irrisórios e a consequente desvalorização profissional;
- j) Que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE no nome do patrono HUMBERTO LEITE DE SOUSA PIRES, OAB nº 8182, sob pena de nulidade, conforme preceitua o art. 236, § 1º do CPC;

Protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente documental, pericial e depoimento pessoal da parte.

Dá-se a causa o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta).

Nestes Termos,

Pede e Espera Deferimento.



Patos/PB, 23 de novembro de 2020

HUMBERTO LEITE DE SOUSA PIRES

OAB/PB n.º 8182



AO JUÍZO DA ____ VARA DA COMARCA DE PATOS- PARAÍBA.

MARIA CLARA LUCENA FERREIRA ALVES, brasileira, solteira, menor impúbere, portadora do CPF nº. 12.568.024-01, neste ato representada por sua genitora a Sra. **MARIA LÚCIA LUCENA FERREIRA**, brasileira, viúva, agricultora, portadora do CPF nº 077.599.984-90, cédula de Identidade RG nº 2508743 – SSP/PB, domiciliada na Rua Projetada, s/n, Conjunto Itatiunga, Patos-PB, CEP: 58700-000, por seu advogado ao final subscrito, legalmente constituído (procuração em anexo), vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos termos da legislação Pátria, e com fulcro na Lei nº 6.194/74, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, companhia de seguros participante do Consórcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer à V. Excelência a concessão do benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

DA SITUAÇÃO FÁTICA

A requerente é filha do falecido ERINALDO ALVES DE LUCENA, portador do CPF nº 051.269.124-02, falecido em 20 de maio de 2016, vítima de acidente de trânsito, não resistindo aos ferimentos, vindo a óbito, conforme certidão de óbito em anexo.



Pelos documentos acostados aos autos, indiscutível é a **morte do genitor** da promovente e que a **causa desta foi acidente de trânsito**.

Que a mãe da promovente e o falecido tiveram uma convivência marital e desta resultou o nascimento de uma filha, ora requerente, nascida em data de 30 de maio 2012, portanto, ainda menor de idade.

O acidente aconteceu durante a constância da União estável do casal.

Que a mãe da promovente, por si só, e ainda, representando a sua filha menor, requereram junto a seguradora ora promovida, de forma administrativa, o pagamento da indenização relativo ao seguro DPVAT pela morte do seu companheiro e genitor, respectivamente.

Que a seguradora Lider, após análise dos documentos apresentados pela promovente, realizou o pagamento de apenas metade do seguro referente a criança, sob a fundamentação extraoficial de não comprovação da qualidade de companheira da genitora da ora promovente.

É sabido que a totalidade do prêmio do seguro DPVAT é de ser pago à promovente, na qualidade de única filha, bem como, a sua genitora na qualidade de companheira.

Porém, diante da dificuldade momentânea da genitora da promovente em reunir provas cabais da condição de companheira do falecido, vem a mesma, na condição de representante legal da menor, requerer de V. Exa. que determine que a seguradora líder, ora promovida, efetue o restante do pagamento do seguro DPVAT decorrente da morte do pai da promovente, **único e exclusivamente em favor da menor**.

Em resumo, requer-se de V. Exa. que determine que a promovida efetue o pagamento do seguro DPVAT pela morte do genitor da promovente, exclusivamente a ela promovente, devidamente atualizado desde o evento morte, deduzindo-se o valor efetivamente pago, conforme documentos em anexo.

Salienta-se que o direito da Autora, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo lhe devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), deduzindo-se o valor já pago, uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e a morte.

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo Sr. ERINALDO ALVES DE LUCENA, culminado com a sua morte, a Requerente



na condição de filha do falecido, busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito.

DO DIREITO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea I nestes termos:

Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vítima:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.

Assim, resta claro que a requerente deve ser indenizada pelo seguro, como medida de direito, visto ser única filha do falecido.

Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

**APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA
SECURITÁRIA DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE BOLETIM DE
OCORRÊNCIA IRRELEVÂNCIA JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A
DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O
DANO ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA CORREÇÃO
MONETÁRIA TERMO A QUO EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006 MERA
RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIAÇÃO
INFLACIONÁRIA RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 8771997 PR 877199-7
(Acórdão) TJPR).**



EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS. (TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000).

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso).

Desse modo, recorremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

DA PERÍCIA

Deixa de requerer perícia e, conseqüentemente, de formular quesitos periciais, por motivo de óbito do periciado, não havendo necessidade para tal.

DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Tendo em vista que a exequente buscou por meio de todas as formas amigáveis o pagamento da dívida, não logrando êxito em nenhuma delas, o requerente dispensa a tentativa de conciliação.

DO PEDIDO

Diante do exposto, **REQUER-SE:**



- a) A concessão da **justiça Gratuita**, nos moldes do artigo 98 e seguintes do CPC;
- b) A designação de **audiência de conciliação** conforme previsto no artigo 334, caput, do CPC;
- c) A citação promovida, para, querendo, apresentar resposta no prazo legal, sob pena de revelia;
- d) A Intimação do representante do Ministério Público, para que acompanhe todos os termos do processo, a teor do artigo 178, inciso II do CPC;
- e) A **inversão do ônus da prova**, para que seguradora apresente nos autos, juntamente com a defesa, a cópia de todo o processo administrativo referente ao presente seguro;
- f) A total procedência da presente ação, condenando a requerida ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), deduzindo a quantia já efetivamente paga (docs. em anexo), acrescidos de juros de mora e atualização monetária até o seu efetivo pagamento;
- g) A condenação da Requerida ao pagamento custas processuais, observadas as formalidades legais existentes e de praxe pertinentes;
- h) A condenação da Requerida ao pagamento honorários advocatícios na base usual de 20% sobre o valor total do débito e demais cominações legais, observadas as formalidades legais existentes e de praxe pertinentes;
- i) Após a devida correção, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, (R\$ 6.750,00), pugna pela aplicação do parágrafo 3º do art. 20 do CPC na condenação dos honorários. Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo indenizável, o que torna pequeno o valor, requer a condenação da Requerida nos honorários advocatícios, com fundamento no parágrafo 4º do art. 20 do CPC, evitando assim honorários irrisórios e a consequente desvalorização profissional;
- j) Que Que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE no nome do patrono HUMBERTO LEITE DE SOUSA PIRES, OAB nº 8182, sob pena de nulidade, conforme preceitua o art. 236, § 1º do CPC;

Protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente documental, pericial e depoimento pessoal da parte.



Dá-se a causa o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta).

Nestes Termos,
Pede e Espera Deferimento.

Patos/PB, 15 de outubro de 2020

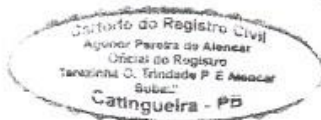
HUMBERTO LEITE DE SOUSA PIRES

OAB/PB n ° 8182





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO REGISTRAL E NOTARIAL



NASCIMENTO Nº 3.839

CERTIFICO que, às fls 584 do livro Nº A-5. de Registro de Nascimento foi feito o
assento de ERINALDO ALVES DE LUCENA.,

nascido aos vinte e seis (26) dias de maio de mil novecentos
oitenta e dois (1982) // às 07:00 horas e .-. minutos em na //
Maternidade Dr. Peregrino-Filho-Patos-PB.

de sexo Masculino

filho de José Inácio de Lucena.,

natural de deste Estado profissão agricultor

e de Dona Terezinha Alves de Lucena.,

natural de deste Estado profissão doméstica

são avós paternos Roque Inácio de Lucena.,

e Dona Alexandrina Diolinda da Conceição .,

e avós maternos Manoel Alves da Silva.,

e Dona Maria Cecília da Conceição.,

Foi declarante O pai do Registrado.

e serviram de testemunhas As constantes no termo.

XX

XX

Observações: O Registro foi feito no dia: 12/11/1982, nos ter-
mos da Lei.

O referido é verdade e dou fé.

Catingueira-PB. 20 de outubro de 2009.

Terezinha O. Trindade P. E. Alencar
OFICIAL
Substituta



Comprovante de Inscrição no CPF



MINISTERIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
J51.269.124-02

Nome
ERINALDO ALVES DE LUCENA

Nascimento
26/05/1982

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
6D15.459B.75F1.C51F

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 12:28:25 do dia 29/08/2014 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 1245018
Comunicação: C1411119
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

DADOS GERAIS DA OCORRÊNCIA

PRF: 1970075 - JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA NETO Data/Hora do Acidente (hora local): 27/01/2013 20:00 BR: 361 KM: 51,0
Município/UF: CATINGUEIRA/PB Tipo de Acidente: Saída de Pista Sentido da Via: Decrescente
Fase do dia: Plena noite Condições da Pista: Seca Restrições de Visibilidade: Inexistente
Sinalização existente: Horizontal Sinalização luminosa: Inexistente Condição meteorológica: Céu Claro
Houve danos ao patrimônio da União? Não
Houve solicitação de perícia? Sim Data e horário da solicitação: 27/01/2013 20:10
A perícia compareceu ao local do sinistro? Sim Data e horário do: 27/01/2013 20:50

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO:

Houve danos ao patrimônio de terceiros? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DE TERCEIROS:

Houve danos ao ambiente? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO AMBIENTE:

CONDIÇÃO DA RODOVIA

Uso do Solo: Rural Tipo de Localidade: Não edificada

Existe acostamento? Sim Estado de Conservação: Regular Há desnível? Sim É pavimentado? Não Largura (m): 2

Possui defesa? Não existe Possui meio-fio? Não existe Possui sarjeta? Não existe

Existe canteiro central? Não Estado de Conservação: Largura (m): 0 Tipo de Inclinação:

Obstáculo ao Cruzamento: Não Informado Estado de Conservação do Obstáculo:

Faixa de Domínio - Estado de Conservação: Regular Ocupação: Livre

Cerca: Não existe Pista de Rolamento - Estado de Conservação: Bom Tipo: Simples Qtd. de Faixas: 2

Tipo de Pavimento: Asfalto Perfil: Em nível Traçado: Reta Curva Vertical: Não Existe Superelevação: Não

Superlargura: Não Largura da Pista (m): 7 Estreitamento: Não Existe

TEXTO DESCRITIVO DA CONDIÇÃO DA RODOVIA:

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 27/08/2014 08:37:46

NÚMERO DE CONTROLE: f4cb9a0c46a9792f

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 1 de 5





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Cartório do Registro Civil
Agência Pública de Alencar
Ofício do Registro
Município de Cataguás - PB

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:
ERINALDO ALVES DE LUCENA

MATRÍCULA:
0007110155 2013 4 00002 137 0001373 54

SEXO	COM	ESTADO CIVIL E BASE
Masculino	PARCELA	solteiro, 30 anos
NATURALIDADE	Parna-PB	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CPF nº 051.269.124-02
ELETOR — NÃO INFORMADO —		
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA DO FALECIDO JOSE NACIO DE LUCENA e TEREZINHA ALVES DE LUCENA. Reside na: RUA RACHÃO, no município de Cataguás-PB		
DATA E HORA DO FALECIMENTO vinte e sete de janeiro de dois mil e treze - 13:00		
LOCAL DO FALECIMENTO Em via pública: BR 361 KM 51 CATAGUÁS no município de Cataguás-PB		
CAUSA DA MORTE TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO - ACIDENTE DE TRANSITO		
NOME DO MÉDICO / CRM FRANCISCA SONALLY MELO SANTOS - CRM: 7184		LOCAL DO SEPULTAMENTO CENTEIRO DE SÃO SEBASTIÃO no município de Cataguás-PB
DECLARANTE DAMIÃO GOMES DOS SANTOS, PRIMO do falecido, brasileiro, casado, com 38 anos de idade, AUTÔNOMO, residente e domiciliado: RUA EDVAL PORFÍRIO Nº 322 - MONTE CASTELO, Parna-PB, natural de Cataguás-PB		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES Observação: Registro lavrado em 31/01/2013, no Livro C-00002, Nº 1373, folha 137. Declaração de Obit nº 18507048, informado pelo Declarante, que o falecido não possui filhos com bens e o Estado não foi envolvido.		
NOME DO OFÍCIO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL OFÍCIO ÚNICO		O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
OFICIAL REGISTRADOR Agência Pública de Alencar		Cataguás-PB, 31 de Janeiro de 2013
MUNICÍPIO Cataguás-PB		<i>Agência Pública de Alencar</i> Agência Pública de Alencar Ofício do Registro Civil
ENDEREÇO RUA FERNÃO AYRES ALBANO COSTA Nº45 CENTRO Cataguás-PB - CEP: 58715000 FONE: (33) 34271145		

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, SEM QUEIR AVALIAÇÃO OU MANUTENÇÃO EM ESTE DOCUMENTO

269720A





Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 2018

Carta nº: 13282187

A/C: MARIA LUCIA LUCENA FERREIRA

Nº Sinistro:	3180360181
Vítima:	ERINALDO ALVES DE LUCENA
Data do Acidente:	27/01/2013
Cobertura:	MORTE

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: MARIA LUCIA LUCENA FERREIRA

Valor: R\$ 6.750,00

Banco: 104

Agência: 000000043

Conta: 000000157852-5

Tipo: CONTA POUPANÇA

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Cartório do Registro Civil
Agenor Pereira de Alencar
Oficial do Registro
Terezinha O. Trindade P. E. Alencar
Substituta
Catingueira - PB

Certidão de Nascimento

NOME:
MARIA CLARA LUCENA FERREIRA ALVES

CPF: **NADA CONSTA**

MATRÍCULA
0007110155 2012 1 00010 136 0008091 38

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO: **trinta de maio de dois mil e doze**
DIA: **30** MÊS: **05** ANO: **2012**

HORA DE NASCIMENTO: **15:25** NATURALIDADE: **Patos-PB**

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO: **Catingueira-PB** LOCAL, MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF: **MATERNIDADE PEREGRINO FILHO - Patos-PB** SEXO: **feminino**

FILIAÇÃO:
ERINALDO ALVES DE LUCENA, naturalidade: Patos-PB, MARIA LUCIA LUCENA FERREIRA, naturalidade: Catingueira-PB, residente e domiciliada: SÍTIO RIACHÃO, Catingueira-PB.

AVÓS:
Paterno(s): **JOSÉ INÁCIO DE LUCENA e TEREZINHA ALVES DE LUCENA. Materno(s): GERALDO LEITE FERREIRA e GERALDA DE LUCENA FERREIRA.**

GÊMEOS: **NÃO** NOME E MATRÍCULA DOS GÊMEOS: **NÃO POSSUI**

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO): **vinte e sete de junho de dois mil e doze (27/06/2012).** NÚMERO DA DNV/DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO: **30571200844**

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCEER:
2ª VIA. Registro lavrado em 27/06/2012, no livro A-00010, Nº 8091, folha 136-V.

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL OFÍCIO ÚNICO

Agenor Pereira de Alencar

Catingueira-PB

RUA FIRMINO AYRES ALBANO COSTA Nº45 CENTRO Catingueira-PB -
CEP 58715000 Fone: (83)34271145 E-mail:
cart.registrocatingueira@gmail.com

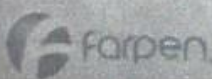
O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Catingueira-PB, 12 de junho de 2018

Agenor Pereira de Alencar
Agenor Pereira de Alencar
Oficial do Registro Civil

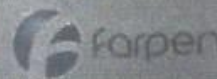
Selo Digital: **AGI25915-W0P9**

Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>



VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Nº **452771-B**



Scanned by CamScanner



BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal

Documento não é segunda-via de conta

Recibo para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica N° 026.432.240



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 0801-40 Insc.Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

GEANE LUCENA FERREIRA
RUA PROJÉTADA S/N Q16 L29
PATOS

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/1785213-8

REFERÊNCIA

JUN/2019

APRESENTAÇÃO

12/06/2019

CONSUMO

173

VENCIMENTO

19/06/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 115,69

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

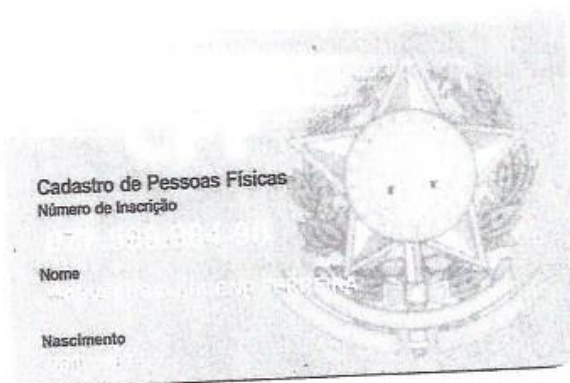
00190.00009 02624.912008 02697.594170 9 79250000011569

Pagador: GEANE LUCENA FERREIRA CNPJ/CPF: 039.667.574-35

RUA PROJÉTADA S/N Q16 L29 - LOT ITATIUNGA - PATOS / PB - CEP 00000-000

Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
26249120002697594	001785213201906	19/06/2019	R\$ 115,69	
BENEFICIÁRIO: ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA				09.095.183/0001-40
BR230 KM 25, S N - - CRISTO REDENTOR - JOÃO PESSOA / PB - CEP 58071-680				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2447-3				





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2508743 DATA DE EXPEDIÇÃO 09 DEZ 1997

NOME MARIA LUCIA LUCENA FERREIRA

FILIAÇÃO Geraldo Leite Ferreira

Catingueira-PB

NATURALIDADE Cert. Nasc. Nº 1981. FLs. 182. Liv. A-3

DATA DE NASCIMENTO 08.01.1979

DOC. ORIGEM Cart. Catingueira-PB

CPF

Julio Pessoa - PB

ALEXANDRE MAGNO C. DE CARVALHO

ASS. DE REG. DE IDENT. Nº 30

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

TO VACINADO

BRASIL LIVRE DA SÚFEOLA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P.900





Maria Lucia Lucena Ferreira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

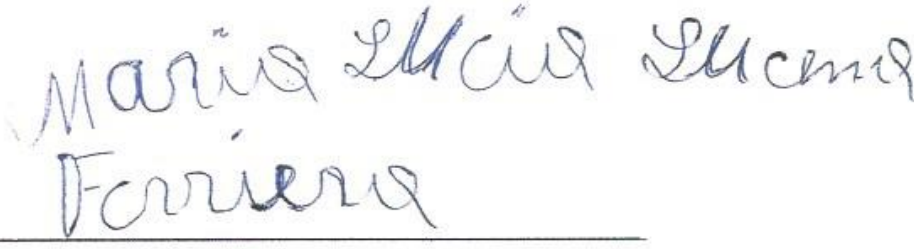


PROCURACAO PARA O FÓRO EM GERAL

AUTORGANTE(s)

MARIA CLARA LUCENA FERREIRA ALVES, brasileira, solteira, menor impúbere, portadora do CPF No. 12.568.024-01, neste ato representada por sua genitora a Sra. MARIA LUCIA LUCENA FERREIRA, brasileira, viúva, agricultora, portadora do CPF nº 077.590.968-90, cédula de Identidade RG nº 2508743 - SSP/PB, domiciliada na Rua Projetada, s/n, Conjunto Itatiunga, Patos-PB - CE - 58700-000., nomeia e constitui seu(s) bastante procurador e advogado(s) o(s) bel(is): HUMBERTO LEITE DE SOUSA PIRES, brasileiro, casado, advogados, inscritos na OAB/PB sob o Nº 8.281, com escritório na rua Pedro Firmino, 157, sala 03 e 04 centro de Patos-PB, ao(s) qual(s) confere(m) poderes para o foro em geral, podendo confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação. Podendo fazer acordo, acompanhá-los em todos os seus termos, impugnar créditos, representando-a perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartições públicas federais, estaduais e municipais, conjunta ou separadamente, bem como substabelecer com ou sem reserva de poderes e para o fim especial de requerer o que entender de direito em favor da mesma, podendo acompanhar o feito a qualquer Instância ou Tribunal, requerer o que entender de direito em favor da mesma, especialmente para requerer AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.

PATOS/PB, 29 de maio de 2019.



AUTORGANTE





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE PATOS – 5ª VARA MISTA

DESPACHO

PROCESSO Nº 0811266-82.2020.8.15.0251

Vistos.

Defiro ao(à) promovente a gratuidade da justiça, em face da inexistência de fundadas razões para o indeferimento do benefício (Lei 1.060/50, art. 5º; NCPC, art. 99, §§ 2º e 3º), esclarecendo que ele compreende todos os atos do processo até decisão final do litígio, em todas as instâncias (Lei 1.060/50, art. 9º, c/c NCPC, art. 98, § 1º).

Com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, o réu não mais é citado para oferecer resposta, mas para comparecer à audiência de conciliação ou de mediação (NCPC, art. 334). Todavia, é de conhecimento deste Juízo que a promovida só celebra acordos quando há perícia nos autos, de forma que se afigura desnecessária e mesmo desaconselhável, por se tratar de ato ineficiente (CF, art. 37) e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (CF, art. 5º, inciso LXXVII), a designação exclusiva de audiência de conciliação, quando já se anuncia infrutífera a sua realização. Nada impede, entretanto, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, e mesmo como fase preliminar da própria audiência de instrução (NCPC, art. 359), motivo pelo qual não vislumbro prejuízo às partes. Destarte:

1. Cite-se a promovida para apresentar resposta, num prazo de 15 (quinze) dias.
2. Em seguida, intime-se a parte autora para, em 15 (quinze) dias, se manifestar sobre as preliminares e os documentos eventualmente apresentados pela parte ré.
3. Ao final, tragam-me os autos conclusos para designação de perícia médica.

Patos/PB, 24 de novembro de 2020.

Luiz Gonzaga Pereira de Melo Filho



JUIZ DE DIREITO





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
5ª Vara Mista de Patos**

PROCESSO Nº 0811266-82.2020.8.15.0251

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[Seguro, Seguro]

REPRESENTANTE: MARIA LUCIA LUCENA FERREIRA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CITAÇÃO VIA SISTEMA-PJE

Fica a parte ré devidamente citada por todo teor da inicial e para apresentar resposta, num prazo de 15 (quinze) dias.

PATOS-PB, 24 de novembro de 2020.

Analista/Técnico Judiciário

